



DESIGUALDADE EDUCACIONAL EM DEBATE: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

Segregação de alunos bolsistas em escolas particulares: uma análise de três casos brasileiros*Segregation of scholarship students in private schools: an analysis of three Brazilian cases***Diego da Rosa dos Santos¹**orcid.org/0000-0003-1694-4260
d.rosa003@edu.pucrs.br**Jéssica Veleda****Quevedo¹**orcid.org/0000-0002-8831-3292
jessiveleda@hotmail.com**Recebido em:** 10 jun. 2025.**Aprovado em:** 25 set. 2025.**Publicado em:** 02 mar. 2026.

Resumo: Este estudo investiga a segregação de alunos bolsistas em escolas particulares brasileiras a partir da análise crítica de três casos: Colégio dos Jesuítas (MG), Colégio Visconde de Porto Seguro (SP) e Colégio Bandeirantes (SP). Utilizando a metodologia de estudo de caso e baseada na análise reconstrutiva de texto e de campo temático, examina-se como práticas institucionais e interações cotidianas reproduzem desigualdades, reforçando barreiras simbólicas, raciais e socioeconômicas. Os resultados evidenciam que, apesar do acesso formal por meio de bolsas, os bolsistas enfrentam exclusão simbólica, violência e altos custos subjetivos. A pesquisa contribui para a compreensão da segregação escolar e destaca a urgência de políticas de inclusão mais profundas, capazes de transformar o pertencimento escolar em uma realidade efetiva.

Palavras-chave: segregação escolar; violência simbólica; desigualdade educacional.

Abstract: This study investigates the segregation of scholarship students in Brazilian private schools through the critical analysis of three cases: Colégio dos Jesuítas (MG), Colégio Visconde de Porto Seguro (SP), and Colégio Bandeirantes (SP). Using the case study methodology based on reconstructive text and thematic field analysis, it examines how institutional practices and everyday interactions reproduce inequalities, reinforcing symbolic, racial, and socioeconomic barriers. The findings show that, despite formal access through scholarships, students face symbolic exclusion, violence, and high subjective costs. The research contributes to understanding school-based segregation and highlights the urgency of deeper inclusion policies capable of transforming school belonging into an effective reality.

Keywords: school segregation; symbolic violence; educational inequality.

1 Introdução

Nas últimas décadas, a expansão dos programas de bolsas em escolas particulares brasileiras suscitou esperança de maior equidade educacional. Ao abrir vagas antes restritas a famílias de alta renda, essas iniciativas tornaram-se símbolos de mobilidade social e democratização do ensino médio. No entanto, uma série de episódios no ano de 2024, envolvendo o Colégio dos Jesuítas em Juiz de Fora (MG), o Colégio Visconde de Porto Seguro e o Colégio Bandeirantes, ambos em São Paulo, revela que a inclusão formal, por si só, não supera as barreiras simbólicas e materiais que marcam as relações sociais em ambientes escolares. Em todas as três instituições, relatos de segregação espacial, discursos de ódio socioeconômico, violência simbólica e episódios de *bullying* colocam em xeque a promessa de pertencimento pleno e de-



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

safiam a eficácia das políticas de acessibilidade.

Enquanto a teoria de efeito dos pares afirma que há uma punição social para quem foge dos padrões do grupo majoritário (Napoletano et al. 2016), os efeitos dessas punições podem sofrer distorções em locais em que há uma quebra de homogeneidade. No caso de ambientes mais homogêneos, o nível socioeconômico tem influência de forma absoluta: quanto menor o nível socioeconômico, maior a chance de sofrer violência no ambiente escolar. Porém, ao analisar o *status* relativo, a lógica se inverte e a punição passa para quem está muito acima ou muito abaixo em relação à média dos alunos (Comi et al. 2021). Entretanto, quando há uma quebra de homogeneidade, como escolas privadas que possuem alunos bolsistas de baixa renda, o efeito de pares pode ser um fator de risco, pois a média socioeconômica dos alunos é mais alta e pode criar tensões entre a norma (pares) e os relativamente abaixo da norma (bolsistas) (Alcantara et al. 2019; Comi et al. 2021; Napoletano et al. 2016).

Este trabalho configura-se como um estudo de caso crítico (Yin 2001) centrado em três episódios de segregação de alunos bolsistas em escolas particulares de elite. O estudo se baseou na análise reconstrutiva de texto e de campo temático, procedimento indicado por Gabriele Rosenthal (2014), apropriado para material documental e jornalístico porque articula sequencialização cronológica, identificação de campos temáticos e atenção ao sentido latente. O *corpus* foi composto por reportagens de veículos de grande circulação, comunicados oficiais das instituições e documentos públicos correlatos; cada evento foi recortado temporalmente e só se consideraram como robustos os elementos confirmados por pelo menos duas fontes independentes ou por documento institucional, como forma de mitigar vieses de cobertura.

A análise seguiu as seguintes etapas: (1) imersão e leitura aberta das notícias e documentos; (2) sequencialização cronológica dos eventos por caso; (3) descontextualização controlada dos fragmentos e recontextualização categórica para triangular interpretações; (4) codificação aberta

indutiva, usada como instrumento de organização, sem substituir a leitura sequencial; (5) leituras sequenciais aprofundadas de trechos-chave; (6) comparação intercasos para formular hipóteses abduativas sobre mecanismos de segregação, confrontadas com a literatura sobre segregação escolar e violência simbólica. A perspectiva trazida por Rosenthal foi adotada porque o problema e os dados exigiam recuperar como os fatos se encadearam e quais modelos temáticos atravessam o discurso público e institucional, algo que métodos estritamente classificatórios podem fragmentar.

A seguir, expõe-se o referencial teórico que orienta a leitura da segregação, limitada a estudos empíricos sobre casos análogos (investigações sobre bolsistas em escolas privadas e episódios de segregação), com o objetivo de assegurar comparabilidade analítica e gerar hipóteses sobre mecanismos institucionais de exclusão. A opção visa favorecer a profundidade analítica sobre o mesmo tipo de objeto, em vez de uma extensão temática que poderia diluir a capacidade explicativa do estudo; em sequência, apresentam-se os três estudos de caso: Colégio dos Jesuítas (Juiz de Fora), Colégio Visconde de Porto Seguro (São Paulo) e Colégio Bandeirantes (São Paulo), com detalhamento cronológico e evidencial de cada episódio; por fim, procede-se à análise comparativa dos casos e às considerações finais, nas quais são discutidos os mecanismos de segregação identificados e suas implicações para políticas e estudos futuros.

2 Referencial teórico

A segregação escolar, entendida como a distribuição desigual de estudantes portadores de características socialmente desfavoráveis (raça, nível socioeconômico, gênero ou orientação sexual) em diferentes unidades ou espaços dentro de um mesmo sistema educacional, configura-se como um dos principais vetores de reprodução de desigualdades no Brasil (Costa e Bartholo 2014). Utilizando índices de segregação construídos a partir de dados do Censo Escolar (2007–2010), Costa e Bartholo (2014) demonstraram que a

inclusão de políticas de matrículas em escolas privadas eleva significativamente os níveis de segregação nas capitais brasileiras, e que as regras de alistamento escolar, quando permissivas, podem agravar o fenômeno, ao facilitar o agrupamento de alunos segundo marcadores de desvantagem potencial (cor ou raça; distorção idade-série; etc.). Essa abordagem operacionaliza a segregação como desvio de um padrão hipotético de perfeita homogeneidade, permitindo diagnosticar o impacto específico do setor privado na fragmentação do sistema escolar.

No entanto, a segregação não se restringe a divisões formais ou a políticas de matrícula. Ela se manifesta também em dinâmicas de violência e sofrimento social que atravessam as interações cotidianas em sala de aula. Giordani et al. (2017), em estudo qualitativo com grupos focais, mapeiam múltiplas faces da violência escolar por alunos e professores, ressaltando que a própria cultura escolar pode naturalizar atos de hostilidade e silenciar denúncias. Complementarmente, Piccoli et al. (2019) evidenciam, em um estudo de caso de Porto Alegre, como a segregação urbana e a pobreza reproduzem padrões de violência simbólica dentro do colégio, caracterizando o sofrimento social como produto de contextos territoriais de desigualdade. Alcantara et al. (2019), numa análise quantitativa do clima escolar, associam elevados índices de violência entre pares a piores indicadores de bem-estar psicológico, mostrando que ambientes escolares violentos reforçam sentimento de insegurança, isolamento e subdesenvolvimento de capacidades socioemocionais.

Pierre Bourdieu (1989) concebe o poder simbólico como a capacidade de impor significações e classificações que passam quase despercebidas, pois são naturalizadas pelos próprios agentes sociais, pelo que certas práticas, gostos e estilos de vida adquirem valor legítimo e configuram-se como norma ou exemplo a ser seguido. Esse processo ocorre dentro dos campos sociais (como o educacional), em que os agentes detêm diferentes volumes e espécies de capital (econômico, cultural, social) e lutam para conservar ou elevar

suas posições.

Um dos efeitos do poder simbólico é a distinção, em que os grupos dominantes afirmam sua superioridade e distinguem-se dos grupos inferiorizados a partir de diferenças no vestuário, na linguagem, nas referências culturais ou nos modos de sociabilidade. Essas diferenças tornam-se instrumentos de distinção social e mecanismo de exclusão simbólica, pois aqueles que não dispõem do capital necessário para reconhecer e reproduzir os padrões legitimados ficam marcados como *outros* (Bourdieu 2007).

No contexto escolar, o poder simbólico opera na definição do que é considerado cultura escolar legítima, desde o vocabulário e as referências literárias até as formas de interação e apresentação pessoal, criando fronteiras invisíveis que segregam alunos de diferentes origens socioeconômicas (Bourdieu 1996). A distinção, portanto, não se dá apenas pela posse de recursos econômicos, mas pela capacidade de incorporar e expressar o capital cultural valorizado pela instituição, produzindo processos inclusivos ou excludentes conforme o grau de afinidade dos estudantes com esses padrões (Bourdieu 2007).

Esses processos de exclusão cotidiana encontram eco nas pesquisas focadas em bolsistas de instituições privadas. Moreno e Souza (2022) descrevem, a partir de entrevistas semiestruturadas com jovens de Minas Gerais, as táticas de aproximação, sobrevivência e estudo que os bolsistas elaboram para contrabalançar estigmas de classe e serem percebidos como dedicados. Machado (2020) aprofunda essa discussão ao situar os bolsistas na posição de entremeio social: ex-alunos de escolas públicas que, ao ingressar em colégios de elite, deixam de ser vistos como *playboys* e passam a ser estigmatizados como *favelados*, ocupando assim um lugar fronteiro de reconhecimento ambíguo.

Avançando nessa perspectiva, Machado (2023) introduz o conceito de "inteligência institucional", revelando como esses alunos aprendem, de modo tácito, os códigos simbólicos da escola – a vestimenta, as gírias, os modos de relacionamento – como estratégia de resistência a barreiras

invisíveis de segregação. Por fim, Machado e Zarucki (2021) destacam os custos subjetivos da inclusão formal por bolsas: ansiedade, tensão identitária e sensação de deslocamento que acompanham o sucesso acadêmico, evidenciando que o capital escolar conquistado pode estar condicionado a significativos impactos emocionais.

Em síntese, a segregação escolar no contexto de bolsistas em instituições privadas articula três núcleos conceituais: (I) as barreiras estruturais formais e informais, que separam bolsistas e pagantes em termos de espaço, currículo e indicadores de *status* (Alcântara et al. 2019; Costa e Bartholo 2014); (II) as dinâmicas de violência simbólica e física que produzem sofrimento social e operam como mecanismos de controle social (Alcântara et al. 2019; Piccoli, et al. 2019; Giordani et al. 2017); (III) os efeitos subjetivos dessa inclusão desigual, que oneram o bem-estar psicológico e o pertencimento identitário dos estudantes (Machado 2020; Machado e Zarucki 2021). Essa configuração evidencia que a simples abertura de vagas mediante bolsas não é suficiente para eliminar hierarquias internas, mas, antes, reconfigura práticas institucionais e relações interpessoais, criando pontos de tensão. Reconhecer esses três vetores permite delinear, com maior precisão, os mecanismos de reprodução da desigualdade no interior das escolas particulares e fundamentar discussões sobre como as políticas de acesso podem ser articuladas a processos contínuos de monitoramento e ajuste institucional, de modo a mitigar os impactos da desigualdade no ambiente escolar.

3 Os casos de segregação em escolas particulares

3.1 Caso do Colégio dos Jesuítas

Durante as Olimpíadas internas realizadas em julho de 2024 no Colégio dos Jesuítas, em Juiz de Fora (MG), estudantes bolsistas foram alvo de comportamentos discriminatórios por parte de colegas pagantes. Em diversos registros fotográficos e relatos de pais, surgiram camisas

com frases como *Não atendo SUS* e *Papai paga minha faculdade*, além de gritos racistas e de fundo socioeconômico, que visavam humilhar quem não pagava mensalidade (Netto 2024). Esses episódios motivaram uma nota de repúdio conjunta dos responsáveis pelos bolsistas, denunciando humilhações baseadas em argumentos socioeconômicos e exigindo medidas efetivas da direção para restaurar o respeito e a igualdade de tratamento (Mariz 2024).

À luz das investigações qualitativas sobre a experiência de bolsistas em escolas particulares, fica evidente que tais condutas reproduzem padrões de segregação simbólica já documentados na literatura. Moreno e Souza (2022) mostram que jovens bolsistas elaboram táticas de aproximação, sobrevivência e estudo para amenizar estigmas de classe, buscando ser reconhecidos como dedicados mesmo em ambientes nos quais se perpetuam marcadores socioeconômicos. No caso dos Jesuítas, a confecção de camisetas com *slogans* discriminatórios funciona como uma barreira invisível, reforçando o distanciamento cultural entre bolsistas e pagantes.

Ao posicionarem-se simultaneamente como inferiores por sua condição econômica e como superiores por mérito acadêmico oferecido pela bolsa, esses alunos ocupam o que Machado (2020) denominou de "zona de ambiguidade social". Essa ambiguidade é reforçada quando os bolsistas são apresentados pela escola em salas ou turmas especiais, com a justificativa oficial de aprofundamento de conteúdo que, na prática, pode atuar como forma de separação (Vista 2024).

Adicionalmente, o conceito de "inteligência institucional" proposto por Machado (2023) descreve como esses estudantes aprendem rapidamente as normas não ditas da instituição, desde códigos de vestuário até protocolos de interação. No episódio de Juiz de Fora, a falta de supervisão da escola sobre a produção das camisetas e a reação tardia da direção para mediar o conflito indicam que a própria estrutura da instituição pode não estar preparada para antecipar ou conter práticas de exclusão. Em 2024, a escola comunicou que não mais ofertaria bolsas de estudo a estudantes

de baixa renda (Brum 2024).

Por fim, Machado e Zarucki (2021) alertam para os custos subjetivos dessa inclusão formal: sensações de deslocamento, ansiedade e tensão identitária que podem comprometer o bem-estar e o desempenho acadêmico dos bolsistas. A repercussão negativa do caso dos Jesuítas, que foi marcada por repercussão na mídia, insatisfação dos pais e necessidade de retratação oficial pela escola, ilustra como a segregação simbólica, quando não confrontada, gera não apenas danos imediatos à convivência, mas também um clima de insegurança que pode prejudicar a trajetória escolar desses jovens.

Este primeiro estudo de caso demonstra que, mesmo em instituições com tradição e recursos, subsistem práticas de violência simbólica que requerem resposta estratégica: protocolos de convivência, formação continuada de professores e monitoramento sistemático do clima escolar são medidas urgentes para transformar a promessa de inclusão em realidade efetiva.

3.2 Caso do Colégio Visconde de Porto Seguro

Em abril de 2024, o Colégio Visconde de Porto Seguro, uma das instituições de ensino mais tradicionais e elitistas de São Paulo, passou a ser alvo de uma ação civil pública movida por Educafro Brasil e AnceD (Menon 2024), que acusam a escola de segregar alunos bolsistas em unidades com pior estrutura e impedir sua livre circulação nos espaços destinados aos pagantes, sob justificativa oficial de proteção contra constrangimentos (Dias 2024). Ao mesmo tempo, tornou-se pública a denúncia de que, na unidade de Valinhos, um grupo de WhatsApp formado por alunos propagava mensagens de apologia ao nazismo, discurso de ódio racial e ofensas socioeconômicas, chamando colegas negros de *macacas*, lutando contra *petistas* e fazendo piadas homofóbicas e gordofóbicas (Gonçalves 2022). Esses episódios levaram à expulsão de oito estudantes somente após reportagem (Menicucci 2022).

Este segundo estudo de caso evidencia, em um contexto de escola de elite, a reprodução

de mecanismos de segregação simbólica semelhantes aos descritos por Moreno e Souza (2022) e Machado (2020, 2023): a instituição, ao distribuir bolsistas em um *campus* separado e oferecer grades curriculares distintas (sem acesso ao currículo bilingue ou internacional), cria barreiras formais e informais que reforçam a percepção de *alunos de primeira e de segunda classe*. Para os bolsistas, esse arranjo espacial e curricular funciona como um marcador social invisível, acentuando a posição de entremeio que Machado (2020) havia identificado, caracterizada pela simultânea valorização por mérito e estigmatização por origem.

Em resposta às ações judiciais e denúncias midiáticas, a escola emitiu notas de repúdio, afirmando atuar na promoção da equidade e negando qualquer discriminação. Entretanto, a lentidão na adoção de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e a justificativa de falta de espaço físico como causa da separação indicam que a inteligência institucional dos bolsistas, embora desenvolvida para contornar pequenas normas não escritas, esbarra numa estrutura que privilegia a manutenção do *status quo* (Mendes 2022). A imposição de limites de circulação sem autorização prévia reforça a lógica de controle social estudada por Machado (2023), segundo a qual o ambiente escolar, mesmo quando se abre formalmente a estudantes de baixa renda, permanece governado por regras invisíveis que segregam e desapropriam o senso de pertencimento.

Além disso, o episódio em questão, com seu repertório de ofensas racistas e ideologia nazista disseminada em grupo fechado, traz à tona como o racismo brasileiro opera de modo sofisticado, às vezes tolerado sob o manto de liberdade de expressão ou brincadeira de escola. Essa tolerância, manifestada pela demora em reconhecer que chamar uma bolsista de escrava é violência racial, deriva de um verniz de compromisso com a diversidade, identificado por Alcantara et al. (2019) em sua análise do clima escolar: ambientes que não investem em educação antirracista e protocolos efetivos de convivência geram um clima

insalubre que prejudica o bem-estar psicológico e acadêmico dos alunos vulnerabilizados.

Por fim, o conjunto de denúncias e a visibilidade pública do conflito no Porto Seguro ilustram os custos subjetivos apontados por Machado e Zarucki (2021): a sensação de deslocamento, a ansiedade e a insegurança de jovens que, embora beneficiados por bolsas, se veem constantemente avaliados e excluídos. A repercussão na mídia, somada à resistência inicial da escola em reconhecer e remediar as falhas, demonstra que as políticas de bolsa, se não acompanhadas de ações concretas de inclusão e monitoramento do clima escolar, podem transformar-se em vetores de violência simbólica e agravar a exclusão social no interior de instituições que se proclamam modelo de excelência e equidade.

3.3 Caso do Colégio Bandeirantes

Durante o segundo semestre de 2024, o Colégio Bandeirantes, tradicional instituição de elite em São Paulo, tomou notoriedade nacional após o suicídio de um adolescente de 14 anos, bolsista pelo programa *Ismart*. Filho de trabalhadores de baixa renda e residente na periferia de Osasco, o aluno passou em um rígido processo seletivo e celebrou sua aprovação para cursar o colégio cujas mensalidades giram em torno de R\$ 4,5 mil. Contudo, apenas um ano e meio depois, o jovem tirou a própria vida a caminho da escola, vítima de um ambiente de *pesadelo* marcado por repetidos episódios de *bullying*, *homofobia* e *discriminação racial e socioeconômica* (Lemos 2024).

Logo nos primeiros relatos à família, o adolescente descrevia humilhações públicas como risos e xingamentos por ser gay, comentários depreciativos quanto à sua cor de pele e à origem periférica, além do isolamento social, pois era comum que ele transitasse apenas entre bolsistas, mesmo após a instituição alegar ter misturado turmas em 2019 para maior integração (Lemos 2024). Mais uma vez, os sinais de segregação simbólica ecoam o que Machado (2020) caracterizou como "posição de entremeio": o bolsista foi simultaneamente valorizado por seu mérito acadêmico e estigmatizado por sua origem,

ocupando um lugar que dificulta a sensação de pertencimento pleno.

A resposta institucional ao caso também espelha os mecanismos de controle social descritos em Machado (2023). Embora o Bandeirantes tenha emitido notas de pesar, promovido comissões de apoio emocional e afirmado ter procedimentos para combater o *bullying*, houve demora em reconhecer a gravidade das ofensas. Chegou-se, inclusive, a atribuir ao próprio bolsista parte da culpa pelo conflito, segundo denúncias de organizações que assessoraram a família (Motta 2024). Essa lentidão e o discurso de neutralidade reforçam a noção de inteligência institucional: os alunos bolsistas, por temerem a perda da bolsa, muitas vezes silenciam-se, aprendendo a navegar regras não ditas para evitar represálias e reforçar sua permanência no ambiente escolar.

Sob o prisma dos custos subjetivos apontados por Machado e Zarucki (2021), o caso de Colégio Bandeirantes ilustra de forma trágica como essa inclusão formal, sem suporte efetivo e mudança cultural profunda, pode resultar em sofrimento extremo. O dia a dia de medo e ansiedade, narrado em mensagens nas quais o jovem relatava ter ficado trancado no banheiro por 50 minutos chorando (Redação Terra 2024), revela que a violência simbólica, quando não enfrentada com políticas de convivência e formação antirracista e antiviolença, compromete irreversivelmente o bem-estar psicológico e a trajetória acadêmica dos estudantes mais vulneráveis.

Este terceiro estudo de caso expõe, portanto, a urgência de ações que transcendam protocolos pontuais. Além de fortalecer programas de mentoria e escuta ativa para bolsistas, é imprescindível que o colégio promova processos contínuos de sensibilização de famílias e educadores, avalie regularmente o clima escolar por meio de indicadores subjetivos e objetive a integração real em todos os espaços da instituição, físicos ou simbólicos. Só assim se poderá transformar um ambiente historicamente desigual em um espaço verdadeiramente inclusivo.

3.4 Análise conjunta dos casos

A análise conjunta dos três casos revela um padrão recorrente de segregação simbólica, controle social e custos subjetivos que atravessam instituições de perfil diferenciado, que vão do interior mineiro ao mais tradicional colégio de elite paulistano. Em cada cenário, o mecanismo central de exclusão não se dá apenas por barreiras físicas ou curriculares explícitas, mas também por um conjunto de práticas cotidianas e normas não escritas que reforçam a distinção entre bolsista e pagantes, e solidificam hierarquias socioeconômicas dentro da escola.

No Colégio dos Jesuítas de Juiz de Fora, os relatos de camisetas com *slogans* humilhantes, de *Não atendo SUS* a *Papai paga minha faculdade*, traduzem a materialização de rituais de poder simbólico durante eventos coletivos. Essa ostentação discursiva e visual fez emergir, de forma cristalina, o que se chama de "segregação simbólica": bolsistas, embora fisicamente presentes nos mesmos espaços, eram afastados por meio de um discurso que os trata como indesejáveis. A resposta institucional tardia, feita apenas sob pressão dos pais e da mídia, reforçou a percepção de que a escola não estava preparada para lidar com as tensões de classe que suas próprias políticas de inclusão formal criaram.

No Colégio Visconde de Porto Seguro, emergiu um processo de segregação espacial e curricular. A transferência de bolsistas para uma unidade distinta, acompanhada da oferta de disciplinas menos valorizadas (sem o currículo bilíngue ou internacional), instituiu uma divisão formal. A escola usou a justificativa de proteção contra constrangimentos e limitações de infraestrutura, mas, na prática, criou circuitos paralelos de circulação, resultando em bolsistas com acesso restrito a laboratórios, bibliotecas e espaços de convivência. Esse desenho institucionalizado da diferença remete diretamente às barreiras invisíveis descritas na literatura: a instituição, ao tentar resguardar o bolsista, acaba por reforçar o próprio estigma que pretende evitar.

O Colégio Bandeirantes, por sua vez, trouxe à tona a face mais dramática desses mecanismos:

a conjunção de *bullying* homofóbico, racista e socioeconômico que culminou no suicídio de um jovem bolsista. O estudante viveu, dia após dia, microagressões que se escalaram até ferirem mortalmente seu sentimento de pertencimento. A lentidão da escola em reconhecer a gravidade das ofensas, somada ao discurso de neutralidade e até de culpabilização do estudante, retrata a operação da inteligência institucional, ou seja, regras implícitas de silêncio e autocensura que bolsistas aprendem a seguir para não pôr em risco a própria permanência. O episódio tornou explícito o componente de risco à saúde mental, os custos subjetivos que Machado e Zarucki (2021) associam ao ato de pertencer a um espaço que simultaneamente oferece inclusão formal e exerce exclusão simbólica.

Em todos os três contextos, encontramos manifestações distintas de um mesmo núcleo conceitual: a criação de fronteiras simbólicas que vão além de espaços físicos ou turmas separadas. São micropráticas (*slogans* de camiseta, limitação de circulação, comentários homofóbicos e racistas) que produzem desconforto, insegurança e afastamento emocional. Esses casos demonstram que as políticas de bolsa, por melhores que sejam em termos de acesso e mobilidade, não bastam para construir ambientes de aprendizagem verdadeiramente inclusivos.

Quanto às similaridades, todos os casos evidenciam: (a) segregação simbólica, seja por meio de mensagens visuais, separação de unidades ou rituais de exclusão – os bolsistas são marcados como *outros*; (b) regras não escritas e inteligência institucional: os alunos desenvolvem estratégias de conformidade para sobreviver, aprendendo a navegar códigos implícitos de comportamento e silenciamento; (c) custos subjetivos, em que ansiedade, insegurança e sentimento de deslocamento aparecem de forma recorrente, impactando bem-estar e desempenho acadêmico; (d) resposta tardia ou insuficiente, pois somente após repercussão externa (pais, mídia, ações judiciais) as escolas adotam medidas paliativas.

As diferenças, por sua vez, permitem aferir nuances importantes: (I) intensidade e forma de

violência: em Juiz de Fora, predominou a violência simbólica vinculado a eventos coletivos; no Porto Seguro, a segregação se materializou principalmente em desenho espacial e curricular; já no Bandeirantes, a violência atingiu níveis extremos de *bullying* homofóbico e racista, resultando em tragédia; (II) mecanismos de justificação: o Jesuítas usou o argumento de proteção contra constrangimento; o Porto Seguro alegou limitações físicas e pedagógicas; o Bandeirantes permaneceu em uma postura de neutralidade protocolar, atribuindo a culpa ao próprio aluno; (III) grau de visibilidade pública: o caso do Bandeirantes ganhou enorme repercussão nacional com forte comoção social, enquanto os do Jesuítas e do Porto Seguro foram mais segmentados, embora igualmente graves.

Em conjunto, esses três estudos de caso formam um conjunto de evidências sobre como a inclusão formal, via programas de bolsas, quando desvinculada de estratégias de mudança cultural profunda, pode reproduzir ou até agravar as dinâmicas de exclusão social nas escolas particulares. A partir dessa análise integradora, fica clara a necessidade urgente de combinar políticas de acesso com ações estruturantes: formação continuada para docentes e funcionários, protocolos antiviolaência e antipreconceito, monitoramento sistemático do clima escolar e espaços efetivos de escuta para bolsistas. Assim será possível vislumbrar que a promessa de equidade educacional se traduza em experiências reais de pertencimento, dignidade e crescimento para todos os estudantes.

4 Considerações finais

A presente investigação buscou compreender como a segregação de alunos bolsistas se manifesta em escolas particulares brasileiras a partir de três estudos de caso críticos. A análise dos episódios ocorridos no Colégio dos Jesuítas (MG), no Colégio Visconde de Porto Seguro (SP) e no Colégio Bandeirantes (SP) evidenciou que, embora o acesso formal desses estudantes às instituições represente um avanço em termos de mobilidade educacional, sua permanência e

vivência cotidiana seguem marcadas por práticas de exclusão simbólica, humilhações públicas, violências de classe e, em casos mais extremos, por episódios de sofrimento psíquico irreversível.

O estudo revelou que a inclusão via bolsa não garante integração social nem pertencimento pleno. Ao contrário, bolsistas são frequentemente situados em uma posição de entremeio, na qual convivem simultaneamente com a valorização meritocrática e a estigmatização por sua origem socioeconômica. A construção de barreiras físicas, curriculares ou simbólicas reforça uma lógica de distinção que distancia esses estudantes de seus pares pagantes e limita seu engajamento escolar e afetivo.

Além disso, os episódios analisados revelam falhas institucionais profundas no tratamento dos casos de violência e discriminação. A demora nas respostas, a negação inicial dos problemas e a culpabilização velada das vítimas indicam que as escolas, mesmo quando adotam discursos de inclusão e diversidade, muitas vezes não possuem mecanismos efetivos para combater a reprodução de desigualdades no cotidiano. Como demonstrado, a chamada "inteligência institucional" desenvolvida pelos bolsistas é, em grande parte, uma estratégia de sobrevivência diante da hostilidade silenciosa do ambiente escolar.

Este trabalho apoiou-se exclusivamente em material jornalístico e documentos públicos; embora tenha-se adotado triangulação de fontes (considerando como robustos apenas elementos confirmados por ao menos duas fontes independentes ou por documento oficial), persistem riscos de vieses de cobertura, enquadramentos jornalísticos e lacunas informacionais que podem condicionar interpretações. Em consequência, as hipóteses explicativas sobre motivações e posições específicas dos atores (gestores, professores, famílias, alunos) permanecem analiticamente limitadas, uma vez que a análise reconstrutiva aplicada privilegiou a sequência dos fatos e a identificação de campos temáticos emergentes, em vez de uma investigação direta das intenções dos atores. Pesquisas futuras deveriam, portanto, complementar este levantamento documental

com entrevistas, análise de arquivos internos e observação participante para aprofundar a compreensão das motivações institucionais e individuais e testar as hipóteses aqui formuladas.

Por fim, este estudo reafirma a importância de combinar análise empírica com escuta sensível e compromisso político com a equidade. A inclusão verdadeira vai além do acesso: ela exige o reconhecimento integral da dignidade dos sujeitos que habitam a escola. Para que isso se realize, é preciso romper com a lógica meritocrática isolada e investir na construção coletiva de ambientes escolares mais justos, plurais e afetivamente acolhedores.

Referências

Alcantara, Stefania Carneiro de, Mònica González-Carrasco, Carme Montserrat, Ferran Casas, Ferran Viñas-Poch, e Desirée Pereira De Abreu. 2019. "Violência entre pares, clima escolar e contextos de desenvolvimento: suas implicações no bem-estar". *Ciência & Saúde Coletiva* 24 (2): 509–22. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.01302017>.

Bourdieu, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, Pierre. 1996. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus Editora.

Bourdieu, Pierre. 2007. *A distinção: crítica social do julgamento*. Zouk.

Brum, Matheus. 2024. "Escola em MG cancela bolsa para estudantes dois meses após discriminação". *Estado de Minas*, 13 de setembro. <https://www.em.com.br/gerais/2024/09/6941903-escola-em-mg-cancela-bolsa-para-estudantes-dois-meses-apos-discriminacao.html>.

Comi, Simona, Federica Origo, Laura Pagani, e Marco Tonello. 2021. "Last and Furious: Relative Position and School Violence". *Journal of Economic Behavior & Organization* 188: 736–56. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2021.05.026>.

Costa, Marcio da, e Tiago Lisboa Bartholo. 2014. "Padrões de segregação escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país". *Educação & Sociedade* 35 (129): 1183–1203. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014144444>.

Dias, Pâmela. 2024. "Acusada de segregar alunos bolsistas dos pagantes, escola particular de elite em SP vira alvo de ação na Justiça". *O Globo*, 16 de abril. <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/04/16/acusada-de-segregar-alunos-bolsistas-dos-pagantes-escola-particular-de-elite-em-sp-vira-alvo-de-acao-na-justica.ghtml>.

Giordani, Jaqueline Portella, Fernando Seffner, e Débora Dalbosco Dell'Aglio. 2017. "Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública". *Psicologia Escolar e Educacional* 21 (1): 103–11. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702111092>.

Gonçalves, Paulo. 2022. "MP vai apurar ofensas racistas enviadas a aluno em Valinhos; defesa dos autores diz que mensagens eram para 'outra pessoa'". *G1 - Campinas e Região*, 4 de novembro. <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2022/11/04/mp-vai-aporar-mensagens-racistas-enviadas-a-aluno-de-escola-de-valinhos-defesa-dos-supostos-autores-apon-ta-distorcoes.ghtml>.

Lemos, Nina. 2024. "Bullying em colégio 'top' de SP: que elite é essa?" *DW Brasil*, 27 de agosto. <https://www.dw.com/pt-br/bullying-em-col%C3%A9gio-top-de-sp-que-elite-%C3%A9-essa/a-70059041>.

Machado, Pedro Henrique Barboza. 2020. "Entremeio: resultados de uma pesquisa sobre jovens bolsistas em escolas privadas". *Revista de Ciências Sociais* 51 (3). <https://doi.org/10.36517/rcs.51.3.d07>.

Machado, Pedro Henrique Barboza. 2023. "Sentidos e estratégias para superação de barreiras em escolas privadas entre estudantes bolsistas na cidade do Rio de Janeiro". *Enfoques* 19 (1): 1–17.

Machado, Pedro Henrique Barboza, e Sara Zarucki. 2021. "Qual o sentido da escola? Reflexões bourdieusianas a partir de uma pesquisa sobre jovens bolsistas no Rio de Janeiro". *CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais* 32: 89–112. <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2020.32413>.

Mariz, Clara. 2024. "MG: alunos de colégio tradicional são acusados de discriminação e racismo". *Estado de Minas*, 13 de julho. <https://www.em.com.br/gerais/2024/07/6897726-mg-alunos-de-colegio-tradicional-sao-acusados-de-discriminacao-e-racismo.html>.

Mendes, Gil Luiz. 2022. "Colégio Porto Seguro tem histórico de comportamentos preconceituosos". *Ponte*, 10 de novembro. <https://ponte.org/colegio-porto-seguro-tem-historico-de-comportamentos-preconceituosos/>.

Menicucci, Arthur. 2022. "Oito alunos são expulsos de colégio após estudante denunciar ataques racistas com referências a Hitler em grupo de WhatsApp". *G1 - Campinas*, 4 de novembro. <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2022/11/04/escola-de-valinhos-desliga-8-alunos-apos-estudante-denunciar-ataques-racistas-com-referencias-a-hitler.ghtml>.

Menon, Isabela. 2024. "ONGs processam colégio Porto Seguro por separar aluno pagante de bolsista". *Jornal de Brasília*, 15 de abril. <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/ongs-processam-colegio-porto-seguro-por-separar-aluno-pagante-de-bolsista/>.

Moreno, Andrea Cecilia, e Maria Celeste Reis Fernandes de Souza. 2022. "Relação com o saber e táticas de territorialização de jovens bolsistas do ensino médio na escola privada". *Educação e Pesquisa* 48: e246763. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248246763por>.

Motta, Júlia. 2024. "Colégio de elite culpa bolsistas por morte de estudante vítima de bullying e homofobia". *Revista Fórum*, 27 de agosto. <https://revistaforum.com.br/brasil/sudeste/2024/8/27/colegio-de-elite-culpa-bolsistas-por-morte-de-estudante-vitima-de-bullying-g-homofobia-164574.html>.

Napoletano, Anthony, Frank J. Elgar, Grace Saul, Melanie Dirks, e Wendy Craig. 2016. "The View From the Bottom: Relative Deprivation and Bullying Victimization in Canadian Adolescents". *Journal of Interpersonal Violence* 31 (20): 3443–63. <https://doi.org/10.1177/0886260515585528>.

Netto, Juliana. 2024. "Pais dizem que estudantes bolsistas foram ofendidos por alunos que pagam mensalidade durante jogos em colégio de Juiz de Fora". *G1 - Zona da Mata*, 12 de julho. <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2024/07/12/pais-dizem-que-estudantes-bolsistas-foram-ofendidos-por-alunos-que-pagam-mensalidade-durante-jogos-em-colegio-de-juiz-de-fora.ghtml>.

Piccoli, Luiza Machado, Marisangela Spolaôr Lena, e Tonantzin Ribeiro Gonçalves. 2019. "Violência e sofrimento social no contexto escolar: um estudo de caso em Porto Alegre, RS". *Saúde e Sociedade* 28 (4): 174–85. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019181057>.

Redação Terra. 2024. "Aluno bolsista do Bandeirantes relatou bullying antes de morrer: 'Fizeram chacota de mim por eu ser gay'". *Portal Terra*, 21 de agosto. <https://www.terra.com.br/nos/aluno-bolsista-do-bandeirantes-relatou-bullying-antes-de-morrer-fizeram-chacota-de-mim-por-eu-ser-gay.0515d1ed2abbb7df39a9f75e7b39b514dwpgp8rd.html>.

Rosenthal, Gabriele. 2014. *Pesquisa social interpretativa: uma introdução*. 5. ed. EdUPUCRS.

Vista, Isa Moreno. 2024. "Colégio tradicional de MG é acusado de segregar alunos bolsistas; pais e estudantes relatam preconceito dentro da escola". *O Globo*, 13 de julho. <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/07/13/colegio-tradicional-de-mg-e-acusado-de-segregar-alunos-bolsistas-pais-e-estudantes-relatam-preconceito-dentro-da-escola.ghtml>.

Yin, Robert K. 2001. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Bookman.

Jéssica Veleda Quevedo

Doutoranda e Mestra em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-graduada em Direito Penal e Neuropsicologia pela Uniasselvi. Bacharela em Direito pela Estácio do Rio Grande do Sul.

Endereço para correspondência

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 50

Partenon

90619900

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Como citar este artigo

da Rosa dos Santos, D., & Veleda Quevedo, J. Segregação de alunos bolsistas em escolas particulares: Uma análise de três casos brasileiros. *Conversas & Controvérsias*. <https://doi.org/10.15448/2178-5694.2025.148202>

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.

Diego da Rosa dos Santos

Doutorando e Mestre em Economia do Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Tecnólogo em Processos Gerenciais pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).